Terça-feira, 3 de Setembro de 2002

3. A Comissão apresentará **ao Parlamento Europeu e ao Conselho**:
- até 31 de Dezembro* de 2005, um relatório intercalar de avaliação da eficácia e da eficiência do programa;
 - até 30 de Junho* de 2008, um relatório final de avaliação do impacto alcançado pelo **programa**.

Estes relatórios serão também transmitidos ao Comité Económico e Social a título informativo.

4. O relatório final referido no nº 3 apresentará uma análise de todos os progressos alcançados em relação a cada acção do programa, bem como dos pontos fortes e fracos dos diversos sistemas informáticos aduaneiros utilizados no âmbito da realização do mercado interno. Apresentará ainda todas as propostas úteis com vista a assegurar que é reservado aos operadores um tratamento idêntico em todo o território aduaneiro da Comunidade e que a recolha de informações serve a devida protecção dos interesses financeiros da **Comunidade**.

Artigo 20º

Entrada em vigor

A presente decisão entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

Aplica-se a partir de 1 de Janeiro de 2003.

Artigo 21º

Destinatários

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em ...

Pelo Parlamento Europeu,
O Presidente

Pelo Conselho,
O Presidente

P5_TA(2002)0386

Ajuda aos refugiados nos países do Próximo Oriente (2002/2005) *

Resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre uma proposta de decisão do Conselho relativa à celebração da Convenção entre a Comunidade Europeia e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) sobre a ajuda aos refugiados nos países do Próximo Oriente no período de 2002/2005 (COM(2002) 238 – C5-0202/2002 – 2002/0104(CNS))

(Processo de consulta)

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta a proposta de decisão do Conselho (COM(2002) 238),
- Tendo em conta a Convenção entre a Comunidade Europeia e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) sobre a ajuda aos refugiados nos países do Próximo Oriente no período de 2002/2005, rubricada pela Comissão (COM(2002) 238),
- Tendo em conta os artigos 181º e 300º, nº 3, primeiro parágrafo, e nº 4 do Tratado CE,

Terça-feira, 3 de Setembro de 2002

- Consultado pelo Conselho nos termos do primeiro parágrafo do nº 3 do artigo 300º do Tratado CE (C5-0202/2002),
 - Tendo em conta o artigo 67º e o nº 7 do artigo 97º do seu Regimento,
 - Tendo em conta o relatório da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação (A5-0262/2002),
1. Aprova a celebração da Convenção;
 2. Aprova a proposta da Comissão com as alterações nela introduzidas;
 3. Solicita ao Conselho que o informe, caso entenda afastar-se do texto aprovado pelo Parlamento;
 4. Solicita nova consulta, caso o Conselho tencione alterar substancialmente a proposta da Comissão;
 5. Encarrega o seu Presidente de transmitir a posição do Parlamento ao Conselho e à Comissão.

TEXTO PROPOSTO
PELA COMISSÃO

ALTERAÇÕES
DO PARLAMENTO

Alteração 1

Considerando 5 bis (novo)

(5 bis) O montante definitivo da contribuição do orçamento da União Europeia será estabelecido pela autoridade orçamental no quadro do processo orçamental anual;

P5_TA(2002)0387

Combustível irradiado e resíduos radioactivos: segurança da gestão *

Resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de decisão do Conselho relativa à conclusão, pela Comunidade Europeia (CE), da «Convenção Conjunta Internacional sobre a Segurança da Gestão do Combustível Irradiado e a Segurança da Gestão dos Resíduos Radioactivos» (COM(2001) 520 – C5-0567/2001 – 2001/0225(CNS))

(Processo de consulta)

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta a proposta de decisão do Conselho (COM(2001) 520) (1),
- Tendo em conta a Convenção Conjunta Internacional sobre a Segurança da Gestão do Combustível Irradiado e a Segurança da Gestão dos Resíduos Radioactivos,
- Tendo em conta o nº 4 do artigo 174º e o nº 2, primeiro parágrafo, do artigo 300º do Tratado CE,
- Consultado pelo Conselho nos termos do nº 3, primeiro parágrafo, do artigo 300º do Tratado CE (C5-0567/2001),
- Tendo em conta o artigo 67º e o nº 7 do artigo 97º do seu Regimento,
- Tendo em conta o relatório da Comissão da Indústria, do Comércio Externo, da Investigação e da Energia (A5-0254/2002),

(1) JO C 51 E de 26.2.2002, p. 260.